

SIMULADO DE DIREITO INSTITUCIONAL COM QUESTÕES DA FUNDATEC!**LIBERADO NO CURSO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.**

TEMOS CERTEZA QUE OS DEUSES DOS CONCURSEIROS IRÃO ABENÇOAR ESSE SIMULADO E NO DIA DA PROVA VOCÊ ENCONTRARÁ QUESTÕES MUITO SEMELHANTES.

VAMOS JUNTOS TRANSFORMAR OS CONCURSEIROS EM CONCURSADOS!

BOA SORTE!!

1. Segundo o texto do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, será de _____ o mandato de membro da Mesa da Assembleia, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente. Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do trecho acima.

- A) 1 (um) ano
- B) 2 (dois) anos
- C) 3 (três) anos
- D) 4 (quatro) anos
- E) 5 (cinco) anos

2. Segundo o texto do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul decorridos trinta dias do recebimento do veto pela Assembleia, será esse submetido ao Plenário, para discussão única e votação nominal, com ou sem parecer das Comissões. Assim, estarão corretas as seguintes assertivas:

I - Esgotado, sem deliberação, o prazo estabelecido no "caput", o veto será incluído na Ordem do Dia da sessão imediata, infestadas as demais proposições, até sua votação.

II - Na discussão do veto e encaminhamento de votação, os relatores, os Líderes e o autor do projeto, respeitada esta ordem, poderão usar da palavra pelo prazo de cinco minutos, e, pela ordem, qualquer Deputado durante cinco minutos, improrrogáveis.

III - Na votação de veto, o Presidente pedirá os votos dos Deputados que responderão SIM para aceitá-lo e NÃO para rejeitá-lo ou TALVEZ para o debate ser ampliado.

Quais estão corretas?

- A) Apenas II.

- B) Apenas I e III.
- C) Apenas II e IV.
- D) Apenas I, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

3. De acordo com a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), analise as assertivas abaixo:

I. A Assembleia Legislativa do RS não é obrigada a seguir as exigências propostas pela Lei de Acesso à Informação.

II. É dever dos órgãos e entidades do poder público a gestão transparente da informação, proporcionando amplo acesso a ela e sua divulgação, exceto projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

III. O cidadão tem o direito de obter informação primária, íntegra, autêntica e atualizada. Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

4. A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações. Considerando a LAI, assinale a alternativa INCORRETA.

A) É dever da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG) promover, independentemente se houver requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por ela produzida ou custodiada.

B) Caso a SPGG receber alguma solicitação de acesso e não puder realizar de forma imediata, terá um prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias para comunicar sobre a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão.

C) Qualquer cidadão poderá apresentar pedido de acesso a informações à SPGG, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida.

D) Quando se tratar de acesso à informação contida em documento cuja manipulação possa prejudicar sua integridade, deverá ser oferecida a consulta de cópia, com certificação de que esta confere com o original.

E) É direito do requerente obter o inteiro teor de decisão de negativa de acesso, por certidão ou cópia.

5. Em relação à Lei nº 12.527/2011, ou Lei de Acesso à Informação (LAI), que regula o acesso a informações, previsto no inciso XXXIII do Art. 5º, no inciso II do § 3º do Art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

() Devem-se ser observadas, para efeitos da Lei de Acesso à Informação, diretrizes como: observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção; divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações; desenvolvimento do controle social da administração pública.

() Caberá aos órgãos e entidades do poder público a gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação, bem como a proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade.

() É direito de qualquer cidadão obter acesso à informação sobre documentos classificados como sigilosos, resguardando o princípio da administração pública, que é o da publicidade de quaisquer de seus atos.

() O acesso à informação, como é tratado na Lei de Acesso à Informação, compreende os direitos de obter informação relativa ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo.

() Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

A) F – V – F – F – V.

B) V – V – F – V – V.

C) F – F – V – V – F.

D) V – V – F – V – F.

E) V – F – V – F – F.

6. Com base na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

() O Presidente da República pode elaborar documentos em todos os graus de sigilo, desde o grau reservado até o ultrassecreto.

() O prazo máximo para restrição de acesso à informação secreta é de 15 (quinze) anos.

() A competência para atribuir classificação de grau ultrassecreto e secreto não pode ser delegada para autoridade responsável a agente público, mesmo que seja em missão no exterior.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

Alternativas

A) F – V – F.

B) V – F – F.

C) F – F – V.

D) V – V – V.

E) V – V – F.

7. Quanto aos prazos máximos da restrição de acesso às informações, desconsiderando qualquer tipo de prorrogação previstos na Lei nº 12.527, de 18/11/2011, analise.

I. Ultrassecreta: 25 (vinte e cinco) anos.

II. Secreta: 10 (dez) anos.

III. Reservada: 5 (cinco) anos.

Está(ão) correta(s) o(s) item(ns)

A) I e II, apenas.

B) I e III, apenas.

C) II e III, apenas.

D) II, apenas.

E) I, II e III.

8. A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) estabelece que qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida. No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de:

- A) 20 (vinte) dias a contar da sua ciência.
- B) 15 (quinze) dias a contar da sua ciência.
- C) 15 (quinze) dias a contar da decisão.
- D) 10 (dez) dias a contar da sua ciência.
- E) 10 (dez) dias a contar da decisão.

9. Para fins da Lei Geral de Proteção de dados (LGPD nº 13.709/2018), considera-se que um dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou à organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural é um dado:

- I. Pessoal.
- II. Anonimizado.
- III. Pessoal sensível.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

10. O Art. 6º da Lei Geral de Proteção de dados (LGPD nº 13.709/2018) define os princípios que devem ser observados durante o tratamento de dados pessoais. Um desses princípios é o da adequação. Assinale a alternativa que corretamente define o referido princípio.

- A) Realização do tratamento para propósitos escusos.
- B) Compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento.

- C) Garantia, aos titulares, de consulta facilitada, mediante pagamento, sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais.
- D) Garantia, aos titulares, de atualização periódica dos dados, para fins comerciais.
- E) Utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição.

11. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) não se aplica ao tratamento dos dados pessoais realizado:

- I. Por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos.
- II. Para fins exclusivamente jornalísticos e artísticos.
- III. Para fins exclusivos de atividades de investigação e repressão de infrações penais.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

12. Nos termos do disciplinado pela LGPD, toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem à coleta, produção e recepção, por exemplo, é denominada:

- A) Classificação.
- B) Tratamento.
- C) Anonimização.
- D) Bloqueio.
- E) Controle.

13. Sobre a possibilidade de tratamento de dados pessoais, à luz do disposto na Lei nº 13.709/2018, assinale a alternativa correta.

- A) O tratamento de dados para o cumprimento de obrigação regulatória, pelo controlador, poderá ser realizado apenas mediante consentimento pelo titular.
- B) O consentimento para o tratamento de dados deve ser fornecido, exclusivamente, por escrito.
- C) Na hipótese em que o consentimento é requerido, esse será considerado nulo caso as informações fornecidas ao titular tenham conteúdo enganoso ou abusivo ou não tenham sido apresentadas previamente com transparência, de forma clara e inequívoca.

D) O operador deverá adotar medidas para garantir a transparência do tratamento de dados baseado em seu legítimo interesse.

E) É vedada, em qualquer hipótese, a comunicação ou o uso compartilhado de dados pessoais sensíveis entre controladores.

14. A Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado. Assinale a alternativa que apresenta o objetivo da referida lei.

A) Proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

B) Resguardar os direitos sociais de livre opinião das pessoas físicas e jurídicas estabelecidas no Brasil.

C) Proteger os dados pessoais de autoridades governamentais e de pessoas politicamente expostas.

D) Assegurar que não haja divulgação da remuneração dos servidores públicos nas plataformas de transparências de órgãos e entidades públicas.

E) Instituir o programa de desenvolvimento digital visando ao combate de informações falsas difundidas na internet.

15. Conforme a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – o tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses:

I. Mediante o fornecimento de consentimento pelo titular.

II. Para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador.

III. Para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais.

Quais estão corretas?

A) Apenas I.

B) Apenas II.

C) Apenas I e II.

D) Apenas II e III.

E) I, II e III.

16. Em relação aos princípios observados no desenvolvimento das atividades de tratamento de dados pessoais, relacione os princípios citados na Coluna 1 às suas respectivas definições descritas na Coluna 2.

Coluna 1

1. Qualidade dos dados.
2. Transparência.
3. Segurança.
4. Prevenção.
5. Responsabilização e prestação de contas.

Coluna 2

() Adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais.

() Utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão.

() Garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial.

() Demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

() Garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) 1 – 2 – 3 – 4 – 5.
- B) 2 – 5 – 4 – 3 – 1.
- C) 3 – 2 – 1 – 5 – 4.
- D) 5 – 4 – 3 – 2 – 1.
- E) 4 – 3 – 2 – 5 – 1.

17. A LGPD dispõe, segundo o seu artigo 1º, sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Ainda segundo essa Lei, analise as assertivas abaixo:

I. O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado mediante autorização judicial, mesmo que haja consentimento pelo titular.

II. Toda pessoa natural tem assegurada a titularidade de seus dados pessoais e garantidos os direitos fundamentais de liberdade, de intimidade e de privacidade.

III. O controlador ou o operador que, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais, causar a outrem dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, não é obrigado a repará-lo, salvo por decisão judicial.

Quais estão INCORRETAS?

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

18. Nos termos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do RS sabe-se que a Assembleia reunir-se-á em sessão legislativa:

I - ordinária, de 1.º de fevereiro a 16 de julho e de 1.º de agosto a 22 de dezembro;

II - extraordinária, quando convocada na forma do art. 253.

Nestes termos analise as assertivas abaixo e marque quais estão corretas:

I - A sessão legislativa ordinária poderá ser prorrogada pelo prazo máximo de três sessões, a requerimento de um terço dos Deputados e por deliberação da maioria absoluta.

II - A sessão legislativa ordinária não será interrompida sem a apreciação dos projetos de leis orçamentárias.

III - Durante o período da sessão legislativa ordinária, a Assembleia funcionará em todos os dias úteis.

A) Somente a I;

B) Somente a II;

- C) Somente a III;
- D) Somente a I e II;
- E) Todas estão corretas.

19. A Mesa, órgão diretivo dos trabalhos da Assembleia Legislativa, é constituída de sete membros, marque a alternativa abaixo que traga um membro que NÃO compõe a mesa:

- A) Presidente e 1º Vice-Presidente;
- B) 1º Vice-Presidente e 2º Vice-Presidente;
- C) 1º Secretário e Corregedor-geral;
- D) 2º Secretário e 3º Secretário;
- E) 3º Secretário e 4º Secretário.

20. Nos termos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul marque a alternativa INCORRETA:

- A) A eleição da Mesa dar-se-á em sessão da Assembleia, por votação nominal, com a presença da maioria absoluta dos Deputados.
- B) As chapas, acompanhadas de declaração que comprove a aquiescência de todos os seus integrantes, serão apresentadas ao Departamento de Assessoramento Legislativo até 02 (duas) horas antes do início da sessão.
- C) Na composição das chapas, serão respeitados, dentro do possível, os critérios de representação pluripartidária e de proporcionalidade.
- D) Encerrada a votação, o Presidente proclamará o resultado, sendo considerada eleita a chapa que obtiver maioria absoluta de votos.
- E) Se nenhuma houver alcançado esse resultado considerar-se-á eleito o Deputado mais idoso.

21. Nos termos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul as Comissões Parlamentares da Assembleia são, salvo:

- A) permanentes;
- B) temporárias;
- C) Mista Permanente do Mercosul e Assuntos Internacionais;
- D) Comissão Mista Permanente de Defesa do Consumidor e do Contribuinte e Participação Legislativa Popular;
- E) Extraordinária

22. Nos termos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul na distribuição das vagas das Comissões Técnicas Permanentes adotar-se-á o seguinte procedimento:

I - da totalidade, assegurar-se-á duas vagas para cada Deputado;

II - as vagas serão distribuídas entre os partidos;

III - cada Líder de Bancada será chamado, pela ordem decrescente do número dos respectivos integrantes, para definir a distribuição das vagas a que faz jus;

IV - cada Líder de Bancada, ao indicar os nomes dos Deputados para o número de vagas a que faz jus, levará em consideração a regra onde o Deputado não pode ser titular de Comissão que se reúna no mesmo dia de outra.

Estão corretas somente as assertivas:

- A) I e II;
- B) III e IV;
- C) II e IV;
- D) I, III e IV;
- E) Todas estão corretas

23. Nos termos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul as reuniões ordinárias e as reuniões extraordinárias terão duração de até _____ e, se decorridos _____ do horário fixado, não houver sido atingido esse "quorum", o Presidente declarará que a reunião deixa de realizar-se, devendo o fato ficar registrado em Ata Declaratória.

- A) duas horas / 15 minutos.
- B) uma hora / 30 minutos.
- C) três horas / 45 minutos.
- D) quatro horas / 30 minutos.
- E) duas horas / 10 minutos.

24. Nos termos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul as Comissões Temporárias poderão ser:

- I - Comissões Especiais;
- II - Comissões Parlamentares de Inquérito;
- III - Comissões de Representação Externa.

Estão corretas somente as assertivas:

- A) somente a I;
- B) somente a II;
- C) somente a III;
- D) Somente a I e II;
- E) Todas estão corretas.

25. Nos termos do Art. 89-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul a Comissão de Representação Externa poderá ser constituída por iniciativa da Mesa, até o limite de _____, ou a requerimento de _____ dos membros da Assembleia, até o limite de _____, aprovada pelo Plenário. Completará corretamente as lacunas a qual alternativa?

- A) 2 (duas) / metade / 4 (quatro)
- B) 2 (duas) / um terço / 4 (quatro)
- C) 4 (quatro) / um terço / 2 (duas)
- D) 2 (duas) / dois terços / 4 (quatro)
- E) 4 (quatro) / metade / 2 (duas)

26. Nos termos do Art. 89-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul no que tange às sessões do Plenário da Assembleia Legislativa marque a alternativa em que a coluna 1 é corretamente mencionada na coluna 2.

Coluna 1 São sessões plenárias

I - **preparatórias**

II - **ordinárias**

III - **extraordinárias**

IV - **solenes**

V - **especiais**

Coluna 2

() destinadas a ouvir autoridades públicas.

() as de qualquer sessão legislativa, nas terças, quartas e quintas-feiras, com duração de 04 horas e início às 14 horas.

() as que precedem a instalação da primeira e da terceira sessões legislativas em cada legislatura.

() as realizadas em dia ou hora diversos dos fixados para as sessões ordinárias.

() as destinadas às comemorações, homenagens, à posse do Governador e Vice-Governador, à instalação da legislatura e posse dos Deputados.

A) I, II, III, IV e V.

B) III, IV, V, II e I.

C) V, II, I, III e IV.

D) IV, V, III, II e I

E) V, III, II, I e IV

27. Nos termos do Art. 179 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul a função legislativa é exercida pela Assembleia por meio de, salvo:

A) proposta de emenda à Constituição Federal;

B) projeto de lei complementar;

C) projeto de lei ordinária;

D) projeto de decreto legislativo, destinado a regular matéria de competência exclusiva da Assembleia Legislativa;

E) projeto de resolução, visando a regular matérias de caráter político ou administrativo e assuntos da economia interna do Poder Legislativo.

28. Nos termos do Art. 225 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul marque a alternativa incorreta no que tange a modificação do Regimento Interno:

A) O Regimento poderá ser modificado através de projeto de resolução de iniciativa da Mesa, Comissão Permanente ou de qualquer Deputado.

B) O projeto, após publicado no Diário da Assembleia, será incluído em Pauta, durante 10 dias úteis, para receber emendas.

C) Dentro do prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados do último dia de Pauta, a Comissão de Constituição e Justiça apresentará parecer sobre o projeto.

D) Concluído o prazo da Comissão, independente de parecer, o projeto será incluído na Ordem do Dia para remessa ao parecer do Governador do Estado.

E) A Mesa fará a consolidação e publicação de todas as alterações introduzidas no Regimento Interno, a cada biênio.

29. Nos termos do Regulamento da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul são órgãos subordinados diretamente à Mesa, salvo:

- A) Presidência.
- B) Vice-Presidências e Secretarias.
- C) Procuradoria.
- D) Ouvidoria.
- E) Corregedoria.

30. Nos termos do Regulamento da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul às Superintendências, órgãos de direção executiva, subordinadas diretamente à Superintendência-Geral, incumbe dirigir e coordenar a execução das atividades em suas áreas de competência, que serão as seguintes:

- I - Superintendência Legislativa.
- II - Superintendência Administrativa e Financeira.
- III - Superintendência de Comunicação e Cultura.
- IV – Superintendência de cerimonial.

Estão corretas somente

- A) Assertivas I e II.
- B) Assertivas III e IV.
- C) Assertivas I e III.
- D) Assertivas II e IV.
- E) Assertivas I, II e III.

GABARITO									
1.B	2.A	3.D	4.B	5.B	6.E	7.B	8.D	9.C	10.B
11.E	12.B	13.C	14.A	15.E	16.E	17.C	18.E	19.C	20.E
21.E	22.B	23.A	24.E	25.B	26.C	27.A	28.D	29.E	30.E

Neste momento encerramos mais uma etapa de nossas vidas, mais uma prova passou e as esperanças de um futuro melhor permanecem. Será que será desta vez que conseguimos a nomeação? Essa resposta não existe com certeza (pois a certeza estragaria a própria resposta) mas uma coisa temos certeza, cada um de nós deu seu melhor e os Concurseiros ON são merecedores de suas vagas, eu Professor Pedro Kuhn fui testemunha disso, boa prova pessoal!!!

E não esqueçam que em nosso canal do Youtube teremos a correção da prova assim que for liberada!!



SIGA NOSSOS CANAIS!



YouTube

<https://www.youtube.com/@concurseiroon>



<https://www.instagram.com/oconcurseir...>



Conheça nossos cursos: <https://www.concurseiroon.com.br/>